



Handwritten initials and a signature in blue ink.

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FAFE, REALIZADA NO DIA
DEZANOVE DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E DEZASSEIS**

-----Aos dezanove dias do mês de fevereiro de dois mil e dezasseis, reuniu a Assembleia Municipal de Fafe, em sessão ordinária, atendendo a que o **Presidente da Mesa** não se encontrava na sala, foi Manuel Santos que presidiu a sessão, tendo convidado Manuel Cunha para **Primeiro Secretário**, e Sílvia Soares para **Segunda Secretária**. Verificada a existência de quórum, pelo **Presidente da Assembleia Municipal** foi declarada aberta a sessão quando eram vinte e uma horas e trinta minutos.-----

-----Posteriormente, pelo **Presidente da Mesa**, foram anunciados os seguintes pedidos de *suspensão*: pelo período de trinta dias, Armindo Manuel Tavares Fernandes e Isabel Maria Oliveira Ferreira, ambos eleitos pelo PS, Susana de Fátima Amorim Pinto de Cortez, eleita pelo PSD, José Manuel Gonçalves Domingues e Joaquim Magalhães, eleitos pelos IPF; pelo período de 90 dias, Alexandre Daniel Freitas Peixoto e José Miguel Durães Carvalho Soares Silva, ambos eleitos pelos IPF, pelo período de 5 dias, Alexandre Dias Leite, eleito pela CDU.-----

-----Pedi a *substituição*, nesta sessão, a Presidente da Freguesia de Medelo, pelo tesoureiro João António Magalhães Gomes e, por fim, o Presidente da freguesia de Aboim, Felgueiras, Gontim e Pedraído, pelo tesoureiro José Adelino Ferreira Gonçalves.-----

-----Colocados a votação, **foram aprovados, por unanimidade**.-----

-----Tomaram assento os elementos que se seguiam na respetiva lista, por se encontrarem presentes na sala, registando-se a presença de quarenta e nove Membros.-----

-----Em seguida, o **Presidente da Mesa** procedeu à leitura do expediente da Assembleia que ficou à disposição dos Membros para que, querendo, o consultassem.--

-----Depois, o **Presidente da Mesa**, comunicou à Assembleia, a existência de um voto de louvor, apresentado pelo PS, à Dr.ª Sílvia Soares pelos anos de intensa



dedicação à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Fafe, tendo-se procedido, de imediato, à sua leitura.-----

-----A Segunda Secretária, Sílvia Soares pediu para se retirar da sala enquanto este assunto era discutido e votado.-----

-----Solicitou a palavra o **Presidente da Freguesia de Vinhós** para referir durante um ano e meio, fez parte dos quadros da Instância Central de Famílias e Menores de Guimarães e tinha tido o privilégio de ter lidado com a Sílvia Soares, subscrevendo na integra o teor do voto de louvor, em apreço, acrescentando apenas que, a mesma, tinha sido uma Presidente muito conceituada. Expressou que, a Comissão de Fafe, era sem dúvida a que apresentava os processos com mais rigor, mais profissionalismo e mais brilhantismo, sendo com surpresa que tinha recebido aquela notícia, lamentando-a.-----

-----Seguidamente solicitou a palavra **Maria Cristina Azevedo Pinho Sousa, eleita pelos IPF**, para apresentar o relatório da CPCJ de 2015, procedendo à sua leitura, após autorização do Presidente da Mesa.-----

-----Foi dada a palavra ao **Presidente da Freguesia de Moreira de Rei e Várzea Cova** para expressar concordância com o voto de louvor apresentado, assim como, com o relatório lido pela Dr.^a Cristina Sousa. Como comissário na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, reforçava tudo aquilo que já tinha sido dito: a Dr.^a Sílvia Soares tinha trabalhado com muita paixão, em prol de Fafe, na Comissão que muito bem dirigiu, nunca tendo confundido o fato de ser técnica da Segurança Social, com o fato de ser Presidente da CPCJ, bem como, com a condição de membro desta Assembleia Municipal e, ainda, muito menos com a sua condição de militante do Partido Socialista. Prosseguiu, dizendo que ficou surpreso com a forma abrupta como tinha cessado as funções de Presidente da Comissão. -----

-----Colocado a votação, foi **aprovado, por unanimidade**.-----

-----O **Presidente da Mesa** comunicou a existência de um voto de louvor à Provedora da Santa Casa da Misericórdia de Fafe, Maria das Dores Gonçalves Ribeiro João pelo trabalho desenvolvido, em prol de Fafe, respeito e afirmação da Instituição, quer a nível local, quer a nível nacional, apresentado pelos IPF, tendo-se procedido, de imediato, à sua leitura.-----



[Handwritten signature]

-----Colocado a votação, foi **aprovado, por unanimidade.**-----

-----O **Presidente da Mesa** comunicou a existência de mais um voto de congratulação às empresas distinguidas com o prémio de PME Líder 2015 e de louvor às empresas distinguidas com o prémio de PME Excelência 2015, apresentado pelos IPF, tendo-se procedido, de imediato, à sua leitura.-----

-----Colocado a votação, foi **aprovado, por unanimidade.**-----

-----Subsequentemente, foi apresentado um voto de congratulação às empresas distinguidas com o prémio de PME Excelência 2015, apresentado pelo PSD, tendo-se procedido, de imediato, à sua leitura.-----

-----Colocado a votação, foi **aprovado, por unanimidade.**-----

-----Foi apresentado, pelo PS, um voto de congratulação à Associação Desportiva de Fafe, pelos últimos resultados alcançados pelas equipas de futebol sénior e júnior, tendo-se procedido, de imediato, à sua leitura.-----

-----Colocado a votação, foi **aprovado, por unanimidade.**-----

-----De seguida, passou-se ao **período de intervenções.**-----

-----Fez uso da palavra **Sílvia Manuela Fernandes Soares**, eleita pelo PS para agradecer a todos aqueles que manifestaram solidariedade para com ela, prosseguiu referindo que tinha presidido, durante oito anos, a CPCJ, e, ao longo desse tempo, tinha sido feito um trabalho em Fafe que deveria honrar e orgulhar qualquer uma pessoa: todos estávamos sujeitos a ter um filho, um neto, um parente de menor idade sinalizado numa Comissão de Proteção, querendo ver esse processo bem diligenciado. Ao longo desse tempo, a sua primeira preocupação foi criar uma boa equipa de trabalho, o que era de difícil concretização, uma vez que, por força da lei, a mesma tinha de estar em constante mutação, além disso, eram necessários dois requisitos fundamentais para se trabalhar numa comissão de proteção: o profissionalismo e humanismo. Este trabalho demonstrou o respeito que se conquistou junto das famílias, das instituições e dos tribunais. Prosseguiu dizendo que, um trabalho como o que era feito em Fafe, a nível da proteção da infância e juventude, deveria honrar e orgulhar qualquer município, assim como, as entidades que representavam. Esta era uma matéria tão sensível, que não se compadecia com qualquer outro interesse que não fosse o serviço à causa pública de elevada qualidade, porque estavam a falar de destino



de crianças, sendo lamentável que decisões fossem tomadas sem muito bem se perceber porquê. Desejou os maiores sucessos a quem viesse a liderar, mostrou disponibilidade para colaborar, para ajudar, para transmitir o seu saber, desejando, também, que a CPJC de Fafe continuasse a ser uma referência a nível nacional porque tinha sido nesse patamar que a tinha deixado. Assim se garantia que as crianças de Fafe estivessem bem entregues, sendo o interesse sincero e genuíno de uma cidadã livre e assim de tudo mãe. Terminou, renovando a sua gratidão a quem tinha, por ela, prestado solidariedade.-----

-----Solicitou a palavra **Rui Sandro Novais da Silva**, eleito pelo PSD, para colocar algumas questões ao Presidente da Câmara, nomeadamente, sobre situação da obra do prédio destinado ao Call Center que, ainda, não estava concluído e sobre o número de postos de trabalhos que já tinham sido criados e, ainda, sobre a situação do Destacamento da GNR. Relativamente ao orçamento participativo, entendia que o mesmo desenvolvia uma característica que o seu Grupo sempre tinha defendido que era a juventude, via com agrado, muitas propostas desenvolvidas por jovens tendo solicitado informações sobre a Casa da Juventude.-----

-----Ulteriormente, foi dada a palavra a **Manuel Fernando Marinho Alves**, eleito pelos IPF, que referiu que tinha sido aprovado em reunião de Câmara, a constituição de uma empresa no âmbito da zonas industriais responsáveis, questionando o Presidente da Câmara acerca do objeto social dessa empresa e o porquê de só abranger Regadas.-

-----Posteriormente, foi dada a palavra a **Maria Leonor Pereira Oliveira Castro**, eleita pela CDU, que iniciou a sua intervenção alertando para a forma como vinha a ser faturada a água e do saneamento, dado que, várias pessoas lhe tinham relatado esta situação, existindo discrepância entre as taxas que eram pagas e as agora apresentadas, parecendo-lhe haver uma falta de coordenação entre a Indaquafafe e as Águas do Norte, devendo, o cidadão, estar devidamente esclarecido relativamente às taxas e aos escalões aplicados. Prosseguiu, expondo que as escadas do acesso aos espaços subterrâneos do arquivo municipal eram mal utilizadas, sendo importante estudar uma alternativa para esse local. Relatou a avaria que ocorreu durante todo o fim de semana nos semáforos da Avenida de S. Jorge com a via circular: no seu entendimento, uma avaria era um imprevisto que só poderia ser resolvido na segunda-feira, não



compreendendo a razão pelo qual não tinha havido regulação de trânsito nas horas de maior confusão. Teceu, ainda, alguns comentários sobre a forma de atuação da Polícia Municipal. Relativamente à Escola de S. Jorge, aludiu à construção do coberto, uma vez que, não entendia o porquê do arquiteto não permitir a sua execução, nem arranjar uma solução, para que as crianças não apanhassem chuva. Finalmente, indagou o Presidente da Câmara sobre qual posição do Município, relativamente à entrega do hospital à Santa Casa da Misericórdia, dado que lhe parecia ter havido uma mudança desde que o internamento fosse contemplado e que, sendo dever dessa Assembleia, avaliar politicamente o desempenho da Câmara, era, também, dever do Presidente da Câmara explicar detalhadamente os argumentos que tivessem justificado essa mudança de opinião.-----

-----Posteriormente, foi dada a palavra ao **Presidente da Junta de Freguesia de Revelhe** para elucidar que a Câmara tinha implantado políticas educativas que favoreciam a participação das escolas e das organizações locais com fins educadores, estimulando a criatividade e a participação dos cidadãos na vida quotidiana. Aludiu a que, nos últimos dois meses, tinha-se assistido à participação direta de cinco mil alunos em atividades voltadas para as tradições locais, nomeadamente, nos cantares dos reis e do carnaval. Esses dois eventos resultavam de um esforço assinalável e da visão lata dos professores, que tinham como missão a participação ativa na vida desta comunidade, deles próprios e dos seus alunos, tendo a população apoiado este tipo de eventos. Insistiu dizendo que era recorrente ouvir que havia uma alheamento da instituição/escola perante a realização de atividades voltadas para a comunidade, mas, em Fafe, registou com muita satisfação, que tal não acontecia, estando gratos a todos os agentes educativos que, conjuntamente a Câmara, tinham contribuído para que Fafe e a educação não fosse em emparedada nos edifícios escolares. Avançou que uma política educativa com expressão verdadeiramente territorial teria de ver assegurados os direitos sociais dos seus intervenientes, daí que no plano social estivesse garantido a possibilidade de todos os Fafenses pudessem concluir a escolaridade obrigatória com o apoio do Município, inclusive, o prosseguimento dos estudos no ensino superior. Aludiu a que o investimento local feito na educação, estava largamente à frente do que era o investimento estatal, estando na primeira linha do investimento público neste setor,



Handwritten signature in blue ink.

com a certeza que, formar cidadãos era a melhor garantia que se podia dar às novas gerações, para que possam alcançar um futuro mais digno. Preocupados com as dificuldades sentidas pelos pais, foram lançados projetos de educação parental e várias formações. Entendia, ainda que, a educação era para todos sem exceções de género, idade ou estrato social. Realçou a importância da cooperação entre a Câmara e a comunidade educativa. Finalizou alertando, mais uma vez, para as descargas que eram efetuadas nos afluentes do Rio Vizela, embora a situação em Revelhe tivesse melhorado, a tentação persistia.-----

-----Usou da palavra **José Augusto Pereira Rodrigues, eleito pelo PSD**, para agradecer em seu nome, dos turistas e em nome das populações de Revelhe, Queimadela e Monte, ao Presidente da Câmara, pela repavimentação da estrada de Revelhe a Queimadela. Relembrou que o concelho deveria ser desenvolvido em harmonia, carecendo parte das freguesias do norte, de infraestruturas básicas, como o abastecimento de água. Arrematou dizendo que quem ocupava cargos autárquicos devia defender a legalidade, o interesse público e o bem público, tecendo vários comentários políticos sobre a atitude de um membro da junta de freguesia de Monte e Queimadela que, com a reconstrução de um muro, ocupou o caminho público, o qual, já tinha sido objeto de demolição coerciva, solicitando ao Presidente da Câmara que averiguasse, tal situação, de modo a que a legalidade fosse reposta.-----

-----Foi dada a palavra a **Raul Manuel Rebelo Cunha, eleito pelo PS**, que indagou o Presidente da Câmara acerca da notícia de dívidas da Segurança Social de Braga à Cruz Vermelha que estavam, alegadamente, a asfixiar e a dificultar a ação de uma entidade tão importante para a nossa comunidade. Relativamente ao afastamento de Sílvia Soares da CPCJ, teceu vários comentários políticos, tendo sugerido que a Mesa da Assembleia apresentasse uma proposta, para ser votada, dando nota da insatisfação desta Assembleia, à tutela sobre essa matéria.-----

-----Fazendo uso da palavra **Miguel Cabral Almeida Summavielle, eleito pelos IPF**, referiu que a proposta apresentada pelo deputado Raúl Cunha, cujo texto se desconhecia, era difícil de votar.-----

-----Pelo **Presidente da Mesa** foi solicitado ao deputado Raúl Cunha que apresentasse um texto sobre aquela matéria, para ser posto à votação.-----



Handwritten signature and initials in blue ink.

-----De seguida, solicitou a palavra o Presidente da Junta de **Freguesia de Monte e Queimadela** que sugeriu ao deputado José Augusto Pereira Rodrigues questionar o Vereador Eugénio Marinho, relativamente ao muro em causa, uma vez que tinha sido ele a licenciar o mesmo.-----

-----Solicitou a palavra **José Augusto Pereira Rodrigues, eleito pelo PSD**, para reafirmar que se referia ao interesse público e não privado.-----

-----Usou da palavra **Raúl Manuel Rebelo Cunha, eleito pelo PS**, para proceder à leitura do documento que, entretanto, tinha redigido sobre o afastamento de Sílvia Soares da CPCJ, a saber: o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propunha que a Mesa da Assembleia enviasse comunicação formal escrita ao Ministro da Tutela da Segurança Social, dando conhecimento do voto de louvor apresentado pelo PS, nessa Assembleia Municipal, assim como do relatório de atividades da CPCJ de 2015, apresentada pela deputada Cristina Sousa e tendo, também, conhecimento do descontentamento, da surpresa e do repúdio que esta Assembleia demonstrou pelo afastamento de Sílvia Soares da CPCJ de Fafe". -----

-----Solicitou a palavra a palavra o **Presidente da Junta de Freguesia de Moreira de Rei e Várzea Cova** para pedir ao subscritor da proposta para incluir que a CPCJ de Fafe, por unanimidade, também, tinha aprovado uma proposta de repúdio, indignação, pela forma como tinha sido destituída do cargo. Salientou que, a Câmara, também, tinha aprovado uma proposta dessas, por unanimidade. Entendia que, também se deveria comunicar ao Senhor Diretor do Centro Regional de Braga.-----

-----Foi dada a palavra a **Maria Cristina Azevedo Pinho Sousa, eleita pelos IPF**, para esclarecer que o voto tinha sido aprovado na Comissão alargada da CPCJ e que tinha sido enviado para a Segurança Social de Braga e para o Ministro da Tutela.-----

-----Pedi a palavra **Jorge Adélio Martins Pereira da Costa, eleito pelo PSD** para referir que, pelo conhecimento que tinha, em reunião de Câmara, tinha sido aprovado um voto de louvor a Sílvia Soares. Entendia que se deveria questionar o Ministro da tutela para saber quais tinham sido os motivos que levaram ao afastamento de Sílvia Soares.-----

-----Solicitou a palavra **Raul Manuel Rebelo Cunha, eleito pelo PS**, para explicar que se tratavam de duas coisas distintas: uma, o voto de louvor pelo desempenho das



funções por Sílvia Soares, já aprovado; outra coisa, era esta proposta dando nota do desconforto apresentado pela Assembleia Municipal relativamente ao seu afastamento do cargo.-----

-----Também, rogou a palavra **Maria Leonor Pereira Oliveira Castro, eleita pela CDU**, para dizer que esta proposta acabava por contaminar este tema. Entendia que a a proposta deveria ter sido apresentada no início da sessão à Mesa e, aí sim, conhecendo todos o seu teor, votariam em consciência. Assim, não ia participar nesta votação.-----

-----Fez uso da palavra o **Presidente da Mesa** para referir que a proposta já tinha sido votada, por unanimidade, acolhendo a opinião desta Assembleia e que o assunto deveria ficar por aqui.-----

-----Solicitou a palavra **Sílvia Manuela Fernandes Soares, eleita pelo PS**, para dizer que esta situação a colocava numa situação muito desconfortável e, sem desprezo pelo deputado Raul Cunha, estava de acordo com a Mesa, e entendia que o que já tinha sido votado, bastava. Caso aquela votação prosseguisse, seria obrigada a abandonar a sessão. Agradeceu a preocupação e a vontade de perceber o que se tinha passado.-----

-----De seguida uso da palavra o **Presidente da Câmara** para prestar os seguintes esclarecimentos:-----

- Constatou que o pavilhão multifuncional estava a ficar um edifício digno, de qualidade, apto para cumprir a função pelo qual estava a ser construído, podendo albergar várias atividades. Efetivamente, tinha havido um atraso que estava a causar alguma preocupação, tudo isto, porque a Empresa estava a funcionar em dois pólos: um nas instalações do IESF e outro na antiga Escola de Fieis de Deus. Esse atraso devia-se, também, por um lado às condições climatéricas e por outro, à existência de umas minas que até à data se desconheciam. Pelos últimos números que possuía, a empresa Altice, tinha a trabalhar 156 pessoas, na sua grande maioria fafenses, perto dos 90%, esperando que, até final março, a obra estivesse concluída, de forma a que, em abril, se pudesse instalar lá a empresa e, esperando aí, que a empresa desenvolvesse contactos para ampliar o número dos postos de trabalhos, uma vez que, devido aos espaços disponibilizados foram obrigados a abrandar no recrutamento de pessoal;-----



[Handwritten signature]

- Relativamente ao quartel da GNR, o atraso devia-se à indefinição do Ministério sobre o sistema de ventilação do edifício, no entanto, numa reunião que tinha tido com a Secretária de Estado da Administração Interna, a mesma, garantiu que o que iríamos ter em Fafe, era um destacamento. Caso a obra ficasse pronta antes de outubro - uma vez que os militares em formação só ficariam operacionais nessa altura - poderia transitar o pessoal da GNR, para as instalações, em regime de sub-destacamento, até essa data. No seu entendimento, a obra só ficaria concluída nessa altura;-----

-----Sobre o orçamento participativo, o mesmo, estava a cumprir rigorosamente os prazos. Estava numa fase de análise e brevemente iriam ser postas à votação as propostas;-----

- No que concernia à Casa da Juventude, o processo estava atrasado, porque ainda não tinha uma definição rigorosa do local onde a mesma iria ser instalada. Era uma promessa que, até final do mandato, iria cumprir;-----

- A respeito da Zona Industrial de Regadas, o que tinha ficado acordado com a empresa era a preparação do trabalho em Regadas, através do levantamento dos terrenos e da preparação do processo de expropriação. Este trabalho, tinha aproveitado um trabalho encomendado pela CIM que definia as zonas industriais responsáveis. -----

- Agradeceu à deputada Leonor Castro, os alertas sobre os erros das faturas de saneamento. Era um problema que não o sossegava e que era transversal aos municípios que tinha entrado no programa das Águas do Norte, cujos não conseguiam apresentar uma fatura correta, uma vez que, a empresa que fornecia a água não era a mesma que cobrava o saneamento, havendo necessidade de se articularem. O Município já tinha manifestado o seu desagrado perante esta situação;-----

- Em relação ao arquivo municipal, existiam duas questões: a questão da iluminação dessas escadas exteriores, que vai ser melhorada e, ainda, proceder à colocação de uma grade, de modo a dificultar o acesso às traseiras, tendo já sido lançado o concurso para arranjo do piso de frente;-----

- Nomeadamente sobre os semáforos, confessou ter sido um fim de semana complicado e aproveitou para elogiar toda a equipa municipal, desde o Vereador da Proteção Civil a todos os trabalhadores da Câmara, aos Bombeiros, enfim, todos aqueles que colaboraram neste sufoco;-----



- A respeito da Escola de S. Jorge, iria procurar uma solução para resolver as situações ocorridas;-----

- Explicou que, no que ao Hospital dizia respeito, tinha pedido uma audiência, a primeira desde que este novo governo tinha tomado posse. Havia duas questões que se colocavam: o hospital e centro de saúde. Fafe também tinha perdido a sede do agrupamento de centros de saúde que passou a ser agregado com Guimarães e Vizela. Tinha questionado o Senhor Secretário de Estado sobre o que pensava sobre a reavaliação do hospital, tendo-lhe sido dado nota de que havia uma unanimidade política no Município, tanto por parte da Câmara, como da Assembleia, visto que, todos entendiam que um hospital público era a melhor solução, mas o que lhes tinha sido dito era que existiam contratos possíveis de reverter, outros, iriam ser reavaliados. A sua posição era sempre a mesma. Prosseguiu dizendo que nada tinha contra a Santa da Misericórdia, porque apenas queriam colaborar com todos, para prestar o melhor cuidado de saúde aos Fafenses. No seu entendimento, a solução passaria pela existência de um Centro Hospitalar, em que Fafe fosse um dos polos desse centro. Mas, também já tinha dito, num debate público, que tinha havido no Ciné-Teatro, que a partir do momento em que tinha sido tomada a posição pelo Governo de envolver a Misericórdia, era dever ajudar a mesma;-----

- Agradeceu as palavras proferidas pelo deputado José Augusto Pereira Rodrigues;-----

- Por fim, falou sobre a Cruz Vermelha. Alertou para o risco de sobrevivência da mesma, devido às dívidas da Segurança Social, uma vez que são pagas as despesas contratualizadas deste setembro. Já tinha feito nota ao Senhor Ministro da Segurança Social desta situação, de modo a ver resolvida esta situação, uma vez que existiam funcionários sem receber.-----

-----O **Presidente da Mesa** deu como terminado o período de Antes da Ordem do Dia, passando-se, imediatamente, para o **Período da Ordem do Dia. Ponto dois ponto um – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade Municipal.** -----

-----Solicitou a palavra **Maria Leonor Pereira Oliveira Castro, eleita pela CDU** para solicitar esclarecimentos sobre o protocolo referido com a PT e sobre os seus



benefícios e contrapartidas, uma vez que não tinha conhecimento do mesmo.-----

-----Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** para dizer que não era um protocolo com a PT mas sim com a MEO. Não existia nenhuma contrapartida, apenas um conjunto de apoios que eles disponibilizavam aos Municípios que estivessem interessados.-----

-----Não havendo intervenções, passou-se, imediatamente, ao **ponto dois ponto dois – Apreciação e Votação de Proposta da Câmara relativa à atribuição de Regalias Sociais aos Bombeiros Voluntários de Fafe.**-----

-----Usou da palavra o **Presidente da Câmara** para dizer que quando tinha tomado posse como presidente desta Câmara, das primeiras pessoas que tinha recebido, foi o Presidente dos Bombeiros. Os bombeiros estavam a passar por uma situação difícil dada a falta de efetivos, de haver necessidade de se estimular e apoiar os jovens que se dedicavam ao voluntariado e a esta atividade nobre e digna, tendo-lhe dado conhecimento de que, em vários Municípios, existiam algumas disposições que permitiam apoiar essas pessoas, que estavam no âmbito do poder da Autarquia. Assim sendo, procurou, de forma legal, encontrar uma proposta. Sabia que existia intenção desta proposta baixar à Comissão de Análise, não havendo nenhum inconveniente, pelo contrário, se a mesma fora enriquecida, melhor.-----

-----O **Presidente da Mesa** comunicou que existia acordo dos Grupos Parlamentares para que a proposta fosse votada e depois remetida à Comissão de Análise para se fazer o Regulamento.-----

-----Usou da palavra **José Augusto Rodrigues Sousa, eleito pelo PSD**, para advertir que a sua intervenção devia-se ao fato de se tratar de uma concessão de regalias, o que não diferia muito da concessão de subsídios. Era hábito deste executivo a atribuição de subsídios a várias associações, muita das vezes, de forma imponderável e com alguma ligeireza. Tal fato, os deixava entristecidos porque nem todas as associações tinham o mesmo património, não devendo ser atribuídos subsídios por opção política, mas sim por mérito. Avançou dizendo que relativamente a esta proposta, era conhecimento de todos que os bombeiros davam a vida deles, pelos outros, exercendo a sua função de forma desinteressada e sempre com vista aos bens dos outros, abdicando do Natal,



[Handwritten signature in blue ink]

Páscoa, ano novo, etc. Não entendia o porquê desta proposta ser tão pobre, bem como, o porquê de só o quadro de efetivo ser contemplado com estas regalias. No seu entendimento, existiam nos outros quadros- como o de honra, de reserva, de inatividade - pessoas que se fossem chamadas, estavam disponíveis para ajudar o próximo. Concluiu que, não era demais oferecer um seguro de acidentes pessoais e que, esta proposta, seria mais vantajosa do que as regalias previstas, sendo o impacto financeiro para a câmara reduzido.-----

-----Pedi, também, a palavra **Maria Leonor Pereira Oliveira Castro, eleita pela CDU**, para referir que existia uma questão que se prendia com os outros voluntariados. Acreditava que a Autarquia iria ter, depois, sensibilidade para minimizar ou evitar injustiças, visto que, o voluntariado devia ser sempre estimulado. Os reparos que pretendia fazer seriam apresentados na Comissão, aproveitando para dizer que este documento não deixava de ser insuficiente.-----

-----Usou da palavra **Miguel Cabral de Almeida Summavielle, eleito pelos IPF**, para dizer que não ia participar na votação, ausentado-se da sala, dado pertencer à direção.-

-----Foi dada a palavra a **Alberto Joaquim Costa Alves, eleito pelos IPF**, para dizer que, também, não ia participar na votação, dado pertencer à direção.-----

-----Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** para esclarecer que as relações da Autarquias com os Bombeiros eram excelentes e que, a Câmara, investia valores significativos. Seguramente que, se existissem bombeiros profissionais, ficaria, muito mais caro à Autarquia. Quando este executivo tinha tomado posse, aumentou o subsídio dos Bombeiros: passou de 100 para 125 mil euros. Ficou acordado que seria válido durante os quatro anos. O conjunto de apoios que, agora, era apresentados, não era uma proposta fechada, mas sim o início de uma relação. Quanto à atribuição de subsídios aos bombeiros no ativo, a mesma tinha sido proposta pelos Bombeiros, entendendo que seria uma forma a estimular os jovens.-----

-----Não havendo mais intervenções, foi colocada à votação, sendo **aprovado, por unanimidade**.-----

-----Passou-se, posteriormente, para o **ponto dois ponto três - Apreciação e Votação de Proposta da Câmara relativa ao Protocolo de Investimento com a Freguesia de Medelo**;-----



-----Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** para dizer que, o ponto 2.3 e 2.4 eram semelhantes, pelo que esclareceu os dois em conjunto. Tratava de um protocolo que tinha sido aproveitado por esta Assembleia para as juntas de freguesia referente ao ano de 2015. Duas juntas não tinham tido condições, pelas razões apresentadas nos documentos, para executar na totalidade, pelo que solicitavam autorização para que a verba destinada ao ano de 2015, fosse transferida para o ano de 2016.-----

-----Não havendo intervenções, foi colocada à votação, sendo **aprovado, por unanimidade**.-----

-----Em seguida, passou-se ao **ponto dois ponto quatro – Apreciação e Votação de Proposta da Câmara relativa ao Protocolo de Investimento com a Freguesia de Fafe**;---

-----Não havendo mais intervenções, foi colocada à votação, sendo **aprovado, por unanimidade**.-----

-----A seguir, passou-se ao **ponto dois ponto cinco – Apreciação da informação da Câmara relativa aos compromissos plurianuais assumidos no 4.º trimestre de 2015**;-----

-----Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** que informou que se tratava de uma obrigação legal resultante da última alteração da Lei das Autarquias.-----

-----De seguida, passou-se para o **ponto dois ponto seis – Apreciação e votação de Proposta da Câmara de 1.ª Revisão aos documentos provisionais de 2016**.-----

-----Usou da palavra o **Presidente da Câmara** para dizer que, conforme constava dos documentos, tratava-se de uma alteração na classificação técnica resultante do POCAL, uma alteração da classificação económica da despesa, incluída nos documentos provisionais, portanto, tinha-se um orçamento que foi aprovado e, tinha de ser entregue à Câmara, até trinta e um de outubro, com base na legislação anterior. Entretanto, a mesma, mudou, tendo-se de ajustar.-----

-----Não havendo intervenções, foi colocada à votação, sendo **aprovado, por maioria, com nove abstenções**.-----

-----Terminada a Ordem de Trabalhos, o **Presidente da Mesa** colocou à votação a ata da sessão ordinária realizada em vinte e oito de novembro de dois mil e quinze, tendo sido aprovada, por maioria, com uma abstenção.-----



-----Posteriormente, o **Presidente da Mesa** deu a palavra ao público, na pessoa de Fernando Miranda para tecer alguns comentários sobre atividades do Município.-----

-----Não havendo intervenções, foi dada a palavra ao Primeiro Secretário, que procedeu à leitura da minuta da ata da presente sessão. Colocada a votação, foi **aprovada, por unanimidade**.-----

-----Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente sessão quando eram meia hora e trinta minutos do dia vinte de fevereiro de dois mil e quinze.- E nos termos legais e regimentais se lavrou a presente ata que, nos termos do artigo cinquenta e sete da Lei número setenta e cinco de doze de setembro de dois mil e treze, será assinada pelos Membros da Mesa.-----

Paulo A.
Silvio Soares
[Assinatura]